

Clara Martins Pandolfo (1912-2009): múltiplas faces de uma intelectual amazônica

Clara Martins Pandolfo (1912-2009): Multiple faces of an Amazonian intellectual

Iane Maria da Silva Batista | Universidade Federal do Pará

iane@ufpa.br

<http://orcid.org/0000-0001-5940-2408>

Leila Mourão Miranda | Universidade Federal do Pará

leilamiranda.mourao@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5273-1900>

RESUMO A vida de Clara Martins Pandolfo se confunde com a história da ciência e do planejamento do desenvolvimento na Amazônia brasileira. Esta narrativa, em uma perspectiva biográfica e multidisciplinar, destaca sua trajetória pessoal e profissional no contexto da Escola de Química do Pará e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Pesquisa bibliográfica e documental nos arquivos dessas instituições informa a atuação de Clara na ciência, docência e gestão pública ao longo do século XX, em espaços majoritariamente masculinos. Sua produção científica, registrada em um volume expressivo de publicações, apresentou reflexões pioneiras e ampliou a perspectiva analítica sobre os recursos naturais amazônicos.

Palavras-chave Clara Pandolfo (1912-2009) – Escola de Química do Pará – Sudam – Amazônia.

ABSTRACT *The life of Clara Martins Pandolfo is intertwined with scientific and development planning history in the Brazilian Amazon. This narrative, from a biographical and multidisciplinary perspective, emphasizes her personal and professional trajectory both at the Escola de Química do Pará and at the Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Bibliographic and documental research conducted in these institutions' archives provides information on Clara's work in science, teaching, and public management throughout the 20th century, in spaces that were predominantly male dominated. Her scientific production, registered in a significant volume of publications, showed pioneering reflections and expanded the analytical perspective on the Amazon's natural resources.*

Keywords Clara Pandolfo (1912-2009) – Escola de Química do Pará – SUDAM – Amazon.

Introdução

A abordagem em perspectiva de memória biográfica de Clara Pandolfo, pressupõe a recuperação de memória individual por meio de suas publicações e coletiva através de documentos, informações e histórias relatadas sobre ela, como pessoa e profissional, atuando em instituições públicas, em especial na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) entre as décadas de 1960 e 1990. Situa-se no domínio do tempo presente e busca evidenciar sua trajetória ativa e produtiva em termos de conhecimento sobre a Amazônia, na interconexão das modalidades biográfica, memória e história. Ressalta-se que a memória que denominamos individual se conforma na vivência social, e por isto, ela configura em nível individual a memória social (Polak, 1992). Sua interação com a história-memória, como dimensão criativa, produz formas simbólicas fundamentais na constituição das identidades pessoais e da identidade coletiva, na construção do sentido de pertencimento, contribuindo para a unidade e permanência do e no grupo, como espaço vivo: ambiental, social, político, econômico, cultural e simbólico, como lugar de vivência (Mourão e Machado, 2022).

A perspectiva foi construir uma narrativa para perceber Clara Pandolfo no entrejogo de escolha, tensões, negociações e contingências que configuram representações e esboçam a pessoa e as experiências vivenciais de Clara nos espaços institucionais em que atuou, de forma que a singularidade de sua história de vida configura suas relações como ser social, intelectual e político, em distintas situações vivenciadas. Nesse contexto, sua produção intelectual, em face às mudanças de cenários sociopolíticos sobre o ambiente amazônico, incorporou e discutiu tais movimentos, no sentido proposto por Ricoeur (1997) e Gonçalves e Silveira (2021). Assim, a construção narrativa ora apresentada também segue a perspectiva analítica de François Dosse (2009), segundo a qual a biografia pode ser um elemento privilegiado na reconstituição de uma época, com seus sonhos e angústias. Trata-se de uma iniciativa que propõe a sistematização e disseminação de uma memória individual, institucional, social e histórica, ainda que fragmentada¹ de sua vida, atuando em instituições públicas como aluna, pesquisadora e gestora na Escola de Química e posteriormente como docente na Universidade Federal do Pará (UFPA), como técnica na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)² e como diretora-geral do Departamento de Recursos Naturais (DRN) na Sudam.

Uma pesquisa por “Clara Pandolfo” na plataforma BibLivre³ da Sudam, instituição criada em 1967 com a atribuição de “planejar e promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia” (Sudam, 1968, p. 3), indica 49 publicações de sua autoria ou em coautoria, entre livros, artigos e palestras transcritas e editadas. Estas publicações abordam temáticas das mais diversas como Amazônia fisiográfica, manejo florestal, conjuntura econômica, extrativismo vegetal,

- 1 A recomposição de memórias se efetiva através de lembranças ou escritas, como marca e elemento fundador, e se configura de forma fragmentada em torno de possibilidades temáticas, mas principalmente das pautadas pela escolha de quem narra sobre a atuação e possibilidades vivenciadas no narrado. Acionar lembranças requer a escolha de um tema-foco, fontes e a abordagem narrativa que lhe dê sentido.
- 2 A SPVEA foi criada em 1953 com o objetivo de promover a valorização econômica da Amazônia por meio de planejamentos quinquenais. Através da lei n. 5173, de 27 de outubro de 1966, foi extinta e substituída pela Sudam, instituída com o objetivo principal de “planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia” (Brasil, 1966).
- 3 O programa Biblioteca Livre (BibLivre) é um *software* para catalogação e difusão de acervos de bibliotecas que adota padrões internacionais de biblioteconomia e possibilita a comunicação em rede de acervos.

incentivos fiscais, ciência e tecnologia, ecologia e desenvolvimento etc. A pesquisa bibliográfica e documental, efetuada junto aos acervos do arquivo, biblioteca e mapoteca da Sudam, revela uma trajetória marcada pelo empenho nos estudos e pela competência profissional, o que lhe assegurou uma longa carreira como servidora e gestora do Departamento de Recursos Naturais daquela instituição na segunda metade do século XX.

Filha de Albano Augusto Martins, comerciante português, e Judith Barreau do Amaral Martins, brasileira, Clara Barreau do Amaral Martins, nasceu em Belém do Pará, no dia 12 de junho de 1912. Segundo seu neto Murilo Fiuza de Melo (2015, informação verbal), nos anos 1930 ela conheceu Rocco Raphael Pandolfo, gaúcho de Porto Alegre que se mudara para a capital paraense no fim da década de 1920 em busca de emprego. Os dois contraíram matrimônio em 27 de junho de 1936, quando Clara adotou o sobrenome que a acompanhou doravante na vida profissional. O casal viveu junto por 50 anos e teve três filhos: Vera, Sérgio e Maria Lúcia.

Em 1930, Clara graduou-se pela então Escola de Química Industrial do Pará, dirigida pelo renomado naturalista francês Paul Le Cointe,⁴ tornando-se a primeira mulher da região Norte a formar-se nessa disciplina e uma das cinco primeiras no país (Freire, 2011). Na ocasião, abalizada por pesquisa sobre espécies vegetais regionais, apresentou a monografia *Contribuição ao estudo químico das plantas amazônicas*, iniciando, desse modo, uma trajetória pessoal e profissional voltada para a discussão das questões regionais, especialmente no que concerne aos recursos naturais amazônicos.⁵

Na década de 1950, por ocasião da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), passou a integrar o seu quadro funcional. Posteriormente, em meados dos anos 1960, no contexto de reformulação do órgão, veio a ocupar a direção do Departamento de Recursos Naturais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Neste cargo se manteve por mais de três décadas, atravessando distintas gestões em diversos governos. A longevidade de sua atuação, marcada pela defesa vigorosa da utilização racional dos recursos naturais amazônicos, em especial das florestas, em um contexto político assinalado pela vigência de um regime ditatorial (1964-1985), certamente constitui evidência da competência técnica com que conduziu sua gestão naquele departamento.

Por meio da resolução n. 1713, de 2 de janeiro de 1989, Clara Pandolfo recebeu o título de professor emérito da Universidade Federal do Pará, instituição na qual exerceu carreira docente após esta ter encampado a antiga Escola de Química na primeira metade dos anos 1960. Uma consulta à lista de contemplados com tal honraria entre 1960 e 2013 revelou, além dela, apenas mais duas mulheres, num universo de 44 professores (UFPA, s.d.).⁶ Tal disparidade torna ainda mais evidente a necessidade de se conhecer e divulgar a participação de uma mulher no campo científico amazônico, à época, no qual Clara Pandolfo ocupou um lugar proeminente.

4 Antes de dirigir a Escola de Química do Pará, Paul Le Cointe foi professor de química na universidade francesa de Nancy. Sua produção bibliográfica sobre a Amazônia é vasta, sendo considerada a referência mais importante *A Amazônia brasileira*, publicada em francês em dois volumes, em 1922. O terceiro volume desta obra foi publicado 25 anos depois, em língua portuguesa, com o subtítulo “Árvores e plantas úteis – indígenas e aclimatadas” (Machado, 2015).

5 O relatório administrativo da Escola de Química de 1929, assinado pelo seu então diretor, Paul Le Cointe, informa que o trabalho de conclusão de Clara foi aprovado com distinção. Este relatório encontra-se no fundo documental da Escola de Química, custodiado pelo Arquivo Central da Universidade Federal do Pará (UFPA).

6 A saber, Maria Annunciada Ramos Chaves e Bettina Ferro de Souza.

A despeito de sua relevante contribuição intelectual, assinalada pela produção científica e pelas obras realizadas sob sua iniciativa nos campos da ciência, do magistério e da gestão pública, na produção deste artigo poucas referências bibliográficas sobre a trajetória de Clara foram encontradas. Entre estas, há que se registrar, no entanto, diversas alusões em artigos sobre a história da ciência na Amazônia, remetendo à sua luta em defesa da Escola de Química do Pará. Textos publicados em *blogs* na internet por familiares e amigos por ocasião de sua morte, em 2009, assinalam a obra da cientista, cujo reconhecimento público, como de praxe nestas paragens, tem sido muito aquém de sua relevância no cenário intelectual amazônico.

Parte da documentação institucional existente sobre a cientista se encontra nos arquivos da Sudam, constituída, em geral, por documentos administrativos e publicações, e no fundo documental da Escola de Química, atualmente custodiado pelo Arquivo Central da UFPA.⁷

Dos anos de sua longa e profícua atividade profissional resultaram várias publicações, todas permeadas por reflexões sobre a Amazônia em uma perspectiva interdisciplinar, para além da ciência química. A partir dessa bibliografia autoral⁸ e das referências supracitadas é que se traçou, sucintamente, um esboço biográfico de Clara. É sobre sua trajetória como mulher cientista, pesquisadora, gestora e docente atuante na Amazônia brasileira que se discute a seguir.

Clara Pandolfo e a Escola de Química do Pará

A entrada de Clara Pandolfo na Escola de Química do Pará ocorreu em um contexto de mudanças modernizadoras republicanas, em que se privilegiou a instituição e a criação de escolas técnicas, e a possibilidade legal de inserção de mulheres em vários níveis educacionais.⁹ Perrot (2005, p. 9) afirma que a importante e inquietante mudança ocorrida nos espaços públicos, em especial nos cidadãos oitocentistas, foi “a irrupção de uma presença e de uma fala feminina em locais que lhes eram até então proibidos”, ou pouco familiares. Som “que mudou o horizonte sonoro” naqueles e em outros lugares. E desde o início do século XX elas já se faziam presentes nos salões, no jornalismo e na produção científica, em vários países. Nesse contexto, na Amazônia brasileira, Clara Pandolfo iniciou sua formação profissional na Escola de Química em Belém do Pará.

7 Neste se encontram registros tanto de seu desempenho acadêmico, termos de exames orais e escritos, como aluna na década de 1920, como de sua atuação como professora na segunda metade dos anos 1950 e como gestora no início da década de 1960. É possível acessar, por exemplo, o termo de nomeação de Clara como professora de química inorgânica em 22 de setembro de 1955, bem como correspondências institucionais trocadas entre ela e gestores de instituições científicas e dirigentes políticos.

8 Em suas publicações, Clara quase sempre remetia às suas experiências anteriores. No prefácio de uma de suas últimas obras, face à disponibilidade de tempo proporcionada pela aposentadoria, como ela mesmo escreveu, desejou “proceder a um balanço das mudanças e transformações operadas na Amazônia brasileira nas últimas décadas, mudanças que presenciei e acompanhei”. Compartilhamos com os leitores o seguinte trecho: “Como em sequência fotográfica, desfilam pela minha memória fatos e acontecimentos ocorridos desde a Segunda Guerra Mundial, quando a região foi chamada a desempenhar papel na Batalha da Borracha e, posteriormente, com minha entrada para o órgão de desenvolvimento regional - SPVEA - depois Sudam - quando passei a participar diretamente do esforço dispendido em prol do soerguimento econômico da Amazônia (Pandolfo, 1994, p. 7).

9 Desde 1900, sob os auspícios da republicanização política-administrativa e pelo decreto n. 809 de 25 de fevereiro, instituiu-se o currículo laico e a possibilidade de matrículas de moças, ainda que inicialmente como ouvintes.

De acordo com Machado (2020, 2015), a criação de uma Escola de Química do Pará, onde Clara realizou sua formação, se deu no bojo de iniciativas governamentais de modernização do Brasil, cuja ênfase em 1920 foi a preocupação do aproveitamento dos recursos naturais amazônicos para a promoção de dinamização e fomento às atividades industriais e econômicas da região. Foi uma das iniciativas associadas a movimentos científicos internacionais, no sentido da aplicação das ciências para o progresso em diversos setores da sociedade: economia, comércio e de saúde e higienização, de desenvolvimento de mecanismos de defesa militar, a partir de demandas colocadas pela Primeira Guerra Mundial. Naquele contexto, foi considerada fundamental a abertura de escolas técnicas de química industrial em algumas capitais e cidades do país. A história de vida de Clara está, pois, diretamente ligada à expansão local da ciência moderna (Machado, 2020).

Com vistas a atender a indústria nacional, a lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920, ao fixar a despesa geral da República brasileira para o exercício fiscal daquele ano, o governo federal autorizou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio a organizar cursos profissionais de química no país (Brasil, 1920). Por este dispositivo orçamentário, foram subvencionados cem contos de réis por curso a serem distribuídos entre as escolas de Química Industrial de Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Ouro Preto, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (Machado, 2015).

Em Belém a Escola de Química foi instalada num prédio do Museu Comercial da Associação Comercial do Pará, situado à praça da República,¹⁰ e assegurados os recursos federais para seu funcionamento, iniciando suas atividades em novembro de 1921 (Machado, 2015). O curso tinha a duração de quatro anos, ao final dos quais se exigia dos alunos a elaboração de uma “tese de graduação”, que aprovada, habilitava o seu autor a receber o diploma de químico.¹¹ Foi nesse contexto, marcado pelo rigor teórico-metodológico vigente na promoção de conhecimento científico, entre aulas teóricas e práticas, com visitas a fábricas e pesquisas de campo, que Clara concretizou sua formação acadêmica.

Clara foi a única mulher entre os nove alunos formados por aquela Escola até o encerramento de suas atividades, em 1930. Seu desempenho no decurso das atividades disciplinares despertou a atenção e interesse dos mestres. De acordo com Diniz (2009), no primeiro e único boletim científico da Escola de Química, publicado em 1930, Clara foi registrada como colaboradora de Le Cointe. Nesta publicação, ela assinou o artigo intitulado “Contribuição ao estudo químico das plantas Amazônicas” (Martins, 1930), versão reduzida de sua tese de graduação. Ainda, é Diniz (2009, s.p.) que sintetiza a condição incomum da presença de uma mulher, recém-entrada na adolescência, num universo predominantemente masculino, como era o campo da ciência no primeiro quartel do novecentos:

Eu penso no que Clara deve ter enfrentado para entrar nessa escola, uma adolescente de dezesseis anos... a ciência era, nos anos 20 do século XX, um reduto masculino; creio que o fato de ter uma inteligência extraordinária a ajudou; mesmo assim, numa época em que o destino feminino vinha traçado do berço, estudar química industrial, com cientistas franceses – devia ser demais para a provincial!

10 Este prédio encontra-se atualmente ocupado pelo Instituto de Ciências da Arte da Universidade Federal do Pará.

11 De acordo com Machado (2015, p. 83), a formação dos três primeiros anos atendia ao conteúdo obrigatório previsto na legislação que criou as escolas. Nesse sentido, o quarto ano representava uma complementação ao triênio oficial, destinado à produção da tese e à especialização em indústria, “geralmente de interesse amazônico”.

Por certo, não se esperava das mulheres daquela geração muito além das atribuições relacionadas à vida doméstica e/ou associadas ao magistério e à enfermagem. Contrariando tal perspectiva, Clara exerceu seu direito à formação universitária, tornando-se uma pioneira na ocupação de espaços intelectuais pelas mulheres paraenses (Diniz, 2009).

De vida curta, a instituição de ensino foi fechada no âmbito da conjuntura político-econômica decorrente do movimento que depôs o presidente Washington Luís, em 24 de outubro de 1930 (Lima, Alencar, Barbosa, 1985). Tal destino se estendeu à maioria das escolas de química do país, as quais, seriamente afetadas pelo cancelamento das subvenções federais, não conseguiram manter-se. Clara notabilizou-se na luta contra o fechamento da escola e na mobilização pela sua reabertura, o que ocorreu em 1956, por meio de diligências da SPVEA e da Associação Comercial do Pará, que se uniram aos esforços dos ex-alunos (Machado, 2015).¹²

Conforme tem sido assinalado pela historiografia (Andrade, 2015; Batista, 2021, 2016), a segunda metade da década de 1950 foi marcada pela proposição da modernização desenvolvimentista com reflexos decisivos sobre as escolhas da “recuperação econômica” da Amazônia. A reabertura da Escola de Química ocorreu, portanto, no contexto da política de “integração” da Amazônia, sob a égide do Plano de Valorização da Amazônia de ordem do governo Federal, momento em que as potencialidades “naturais” – florestais, minerais e fluviais – como recursos naturais, se configuraram possibilidades mercadológicas em nível nacional e internacional.¹³ Certamente, a liderança de Clara nesse processo, referenciada pelos estudiosos da história da química na Amazônia (Lima, Alencar, Barbosa, 1985; Machado, 2015) constituiu fator importante ao êxito da empreitada.

A seriedade e o empenho com que se dedicou à discussão das questões amazônicas, asseguraram a Clara o primeiro lugar do Concurso Paulo Maranhão, certame promovido pelo jornal paraense *Folha do Norte*¹⁴ no segundo semestre de 1967, com o objetivo de “promover a região com vistas ao seu desenvolvimento” (Pandolfo, 1969, p. 7).¹⁵ O trabalho intitulado

12 Com efeito, a reabertura e funcionamento da Escola de Química Industrial do Pará foi autorizada naquele ano, por meio do decreto federal n. 38.876. É importante registrar que, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados por Clara àquela instituição, desde 2008, o Conselho Regional de Química da 6ª Região (Pará e Amapá), concede o “Prêmio Professora Clara Pandolfo” a cidadãos que contribuem com o desenvolvimento da química na Amazônia. Ressalte-se que na instituição reaberta ela não apenas exerceu o magistério como também foi sua diretora por vários anos.

13 Naquele contexto foram criadas diversas instituições para dar suporte à implementação e execução dos projetos desenvolvimentistas, em especial no que se refere à pesquisa dos recursos naturais. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) foi criado pelo decreto n. 31672, de 29 de outubro de 1952, “tendo como finalidade o estudo científico e tecnológico do meio físico e das condições de vida da região amazônica, tendo em vista o bem-estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacionais” (Brasil, 1954). Em 1957, no governo Juscelino Kubitschek, foi criada a Universidade Federal do Pará, instituição fundamental na formação de recursos humanos estratégicos aos desígnios desenvolvimentistas da época.

14 O jornal *Folha do Norte* foi fundado em 1º de janeiro de 1896 por Enéas Martins e Cypriano Santos. Sua linha editorial defendia o Partido Republicano Federal e combatia o então intendente de Belém, Antônio Lemos. Em 1922 a direção do periódico foi assumida pelo jornalista Paulo Maranhão. Com sua morte, em 1966, passou a ser administrada pelo seu filho Clóvis Maranhão, tendo sido vendido em 1978 ao empresário Rômulo Maiorana, que após editá-lo por mais um ano, encerrou sua atividade jornalística (Seixas et al., 2013). Funcionou por 78 anos, se tornando uma importante fonte documental acerca da história republicana do país, em particular do Pará.

15 Consoante o regulamento estabelecido, “facultou-se concorrência a quaisquer pessoas, de qualquer idade ou sexo, brasileiro ou estrangeiro, residente em qualquer parte, devendo os trabalhos obedecerem, entre outras exigências, à de versar sobre assunto amazônico, de interesse da região no seu conjunto, ou de uma de suas

"A Amazônia: seu grande potencial de recursos naturais e oportunidades de industrialização", registrado sob o pseudônimo P. M. C., foi aprovado por unanimidade pelo júri, presidido pelo então presidente da Academia Brasileira de Letras, o escritor Austregésilo de Athayde, e composto por professores, escritores e jornalistas locais, de reconhecida competência em suas áreas de atuação. Além do aspecto formal e da "beleza literária", avaliou-se, sobretudo, a "contribuição ao processo desenvolvimentista da região amazônica" (Pandolfo, 1969, p. 7).

A monografia, considerada pelos avaliadores do concurso como "magnífica", dividia-se em duas partes, uma apresentando "uma visão global dos recursos naturais disponíveis e um estudo mais aprofundado das madeiras amazônicas" (Pandolfo, 1969, p. 8), e outra, procurando retratar o estágio das riquezas minerais existentes na região. Aliás, os profundos conhecimentos técnicos demonstrados em relação a este tema em particular, foram exaltados nos votos da comissão julgadora.¹⁶ Na Figura 1 visualiza-se a capa do livro resultante do trabalho monográfico, publicado em 1969.

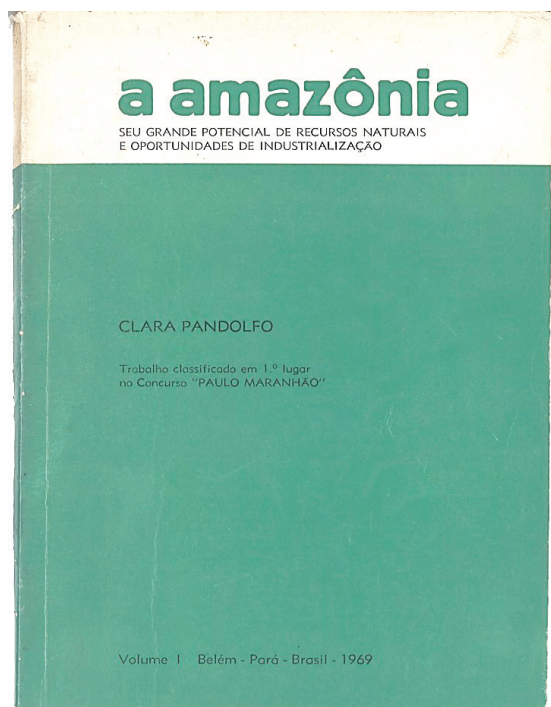


Figura 1: Capa do livro de Clara Pandolfo, resultante de monografia contemplada com o primeiro lugar no Concurso Paulo Maranhão, promovido pelo jornal *Folha do Norte*, em 1967, com a finalidade de promover o conhecimento da Amazônia e o seu desenvolvimento (Fonte: reprodução de exemplar original da publicação).

Igualmente, é de se ressaltar sua atuação no magistério paraense no campo da disciplina química. Com a encampação da antiga Escola de Química pela UFPA, através da lei n. 4283, de 18 de novembro de 1963, Clara passou a fazer parte do quadro funcional daquela instituição de ensino, pela qual se aposentou como professora titular (Pandolfo, 2009). Além de atuar na graduação, exerceu a docência na educação básica em várias escolas de Belém.

Segundo Pinto (2009, s.p.), a química proporcionou a Clara a base científica para "voos mais altos e amplos da sua inteligência, que se acantonou na SPVEA, em 1953, e se manteve no órgão substituto, a Sudam, em 1966". Certamente, a trajetória escolar junto a especialistas franceses e brasileiros naquela disciplina, assinalada pela pesquisa empírica sobre matérias-primas regionais, marcou profundamente sua formação. O estudo dos recursos naturais da Amazônia e a defesa de sua utilização racional como instrumento de desenvolvimento da região, que caracterizaram de modo incontestável sua longa carreira profissional, refletem essa formação pioneira.

unidades, podendo abordar problema econômico, social, político, financeiro, folclórico, cultural etc., e *deverão refletir mensagem ou contribuição ao desenvolvimento da Amazônia*" (Pandolfo, 1969, p. 5, grifos nossos).

16 Isto foi registrado na apresentação da publicação resultante do trabalho, na qual se reproduziu o editorial da edição de 9 de março de 1968 do periódico promotor do concurso, dando ciência ao público do seu resultado. Na ocasião, a vencedora foi referenciada, ainda, como "educadora de reconhecidos méritos".

Clara Pandolfo no Departamento de Recursos Naturais da Sudam

Clara exerceu uma intensa e diversificada atividade laboral, para além do magistério. Depois de formada, e por mais de duas décadas, atuou em laboratórios locais, como o Laboratório de Biologia da Santa Casa de Misericórdia do Pará, onde dirigiu, por vários anos, a Seção de Hipodermia e Produtos Injetáveis. Precisamente, é no exercício da atividade laboratorial naquele espaço que se pode visualizá-la, aos 20 anos de idade, na Figura 2.



Figura 2: Clara, aos 20 anos, no início da década de 1930, no Laboratório de Biologia e Análises Clínicas do Pará (Fonte: arquivo da família).

Concomitantemente ao trabalho laboratorial, Clara realizava estudos sobre espécies oleaginosas da Amazônia (Pandolfo, 2011). Com a instalação da SPVEA, em 1953, foi convidada pelo seu primeiro superintendente, Arthur César Ferreira Reis, para assumir o cargo de assessora técnica, vindo posteriormente a assumir a presidência da Subcomissão de Recursos Naturais da Comissão de Planejamento daquele órgão. Com a extinção da SPVEA e criação da Sudam, em 1966, foi designada membro do Conselho Técnico da nova instituição e, mais tarde, com a reestruturação do órgão, assumiu a direção-geral do seu Departamento de Recursos Naturais (DRN) (Pandolfo, 2011).

Para compreender o caráter estratégico do cargo ocupado por Clara Pandolfo na SPVEA/Sudam é pertinente lembrar que a criação de instituições de planejamento nas estruturas administrativas estatais estava inserida num contexto de transformações políticas e econômicas em nível nacional e internacional. A década de 1950 foi marcada pela necessidade de recuperação econômica após o fim da Segunda Guerra Mundial. Segundo Hobsbawm (1998), os países europeus recém-saídos do conflito concentravam seus esforços de reconstrução

na industrialização, buscando atingir, e superar, as escalas de produção industrial e agrícola anteriores à guerra. Naquela conjuntura histórica popularizou-se um ideário de “desenvolvimento”, associado à promoção do crescimento econômico, à industrialização, à urbanização e à modernização agrícola.

De acordo com Arturo Escobar (1995), a geração de divisas, por meio de políticas fiscais e monetárias, o fomento à indústria e ao comércio; a promoção de valores culturais “modernos” visando a substituição dos parâmetros morais e culturais tradicionais das populações locais e a criação de instituições adequadas para conduzir todos esses processos, constituíam as condições fundamentais ao salto qualitativo e quantitativo almejado para os países pobres latino-americanos, como o Brasil, naquele contexto. Todos esses “ingredientes” estavam presentes no planejamento estatal para a Amazônia a partir de meados do século XX.¹⁷

Interpretada em perspectiva histórica, pela magnitude e exuberância de seus recursos – em especial águas, solos e florestas – informadas em relatos de navegadores, cientistas, missionários etc. que percorreram a região em distintos contextos, a Amazônia foi instada a contribuir com a construção do desenvolvimento nacional e regional (Batista, 2016). Com base na tese do desenvolvimento, a identificação, quantificação e posterior exploração de seus recursos naturais promoveria sua inserção na modernidade capitalista, reduziria as disparidades socioeconômicas internas do país e, concomitantemente, geraria receitas para o Estado brasileiro.

Desse modo, o DRN foi criado para viabilizar as pesquisas sobre o ambiente amazônico, visando subsidiar o seu aproveitamento econômico (Batista, 2016).¹⁸ Com efeito, regimentalmente, ao DRN competia:

Promover pesquisas de recursos naturais ocorrentes na Amazônia, objetivando especialmente ao seu levantamento sistemático, classificando-os e quantificando-os, tendo em vista seu aproveitamento econômico, inclusive por meio da execução de projetos-piloto específicos; estimular e promover a investigação dos recursos naturais da Região e o desenvolvimento da tecnologia necessária para assegurar sua melhor utilização, conservação e incremento de produção e de produtividade; aplicar os resultados dessas investigações na organização de estudos especiais de divulgação geral e na formulação de projetos específicos; [...] apoiar a execução de política florestal nacional, segundo a legislação vigente, com vistas à proteção e reprodução dos recursos florestais regionais; prestar ao Departamento de Planejamento, o assessoramento e as informações necessárias à elaboração e revisão dos programas específicos da sua alçada (Sudam, 1968, p. 21-22).

Ao analisarem-se as competências legais do DRN no âmbito da Sudam, tem-se a dimensão do desafio a ser enfrentado pela gestora, considerando a diversidade de interesses políticos e econômicos concernentes ao uso da natureza amazônica, indicados tanto no Plano de Integração Nacional (PIN) como no contexto do Projeto Radam.

O PIN foi criado pelo decreto lei n. 1106, de 16 de junho de 1970, face à “urgência e o relevante interesse público de promover a maior integração à economia nacional” das regiões

17 A legislação que orientou esse processo foi a Constituição Federal de 1946, cujo artigo 199 estabelecia que “na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária” (Brasil, 1946).

18 O DRN era uma divisão administrativa prevista no Regimento Interno da Sudam, aprovado pela portaria ministerial n. 249, de 2 de agosto de 1968.

consideradas menos desenvolvidas no país, o Nordeste e a Amazônia (Brasil, 1970). Em sua pesquisa sobre o governo Médici (1969-1974) e o PIN, Soares (2015) enfatiza que este plano refletia a atualização de um discurso preocupado com a integração das regiões do país, que seria realizada pela criação de fronteiras econômicas nos espaços onde não havia a presença sistemática do poder público brasileiro. O programa executivo foi orçado em dois bilhões de cruzeiros, a serem constituídos no exercício financeiro de 1971 a 1974, com a finalidade de financiar obras de infraestrutura naquelas regiões. O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) destacava o PIN como a principal estratégia de desenvolvimento para a Amazônia no período 1972-1974 (Batista, 2016).

Por sua vez, o Radam foi instituído por meio da portaria n. 2048, de 29 de outubro de 1970, que criou a Comissão de Levantamento Radarmétrico da Amazônia (CRADAM), do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), com a finalidade de elaborar e implantar um projeto de levantamento das potencialidades naturais, inicialmente, de uma área aproximada de 1.500.000 km², localizada na área de influência da Transamazônica, rodovia federal construída para interligar a Amazônia ao Nordeste brasileiro e para instalação de projetos de colonização dirigida em suas margens.¹⁹

Portanto, no limiar da década de 1970, sob a conjuntura política de exceção no país, os recursos naturais amazônicos foram considerados pelas instâncias governamentais como “matérias-primas” a serem identificadas, apropriadas e exploradas para fins de crescimento econômico da região. No contexto do PIN e do Projeto Radam, diversos estudos e projetos foram realizados no sentido de conhecer, mapear e quantificar esses recursos. Esse processo ampliou o raio das relações interinstitucionais da Sudam, considerando que ela era a instituição legalmente responsável pelo planejamento, execução e controle das ações do governo federal na Amazônia. Isto implicava na necessidade de interlocução com diversos órgãos já existentes ou criados pela estrutura político-administrativa da época para a execução de políticas governamentais direta ou indiretamente ligadas ao planejamento do desenvolvimento da/na região.²⁰

Segundo Batista (2016), as políticas públicas planejadas e executadas para realizar o projeto de “integração nacional”, preconizado pelo governo Médici, foram extremamente deletérias às populações regionais e ao meio ambiente, interpretado no discurso governamental a partir da ideia de abundância e de “inesgotabilidade” dos recursos. Isto se aplicou particularmente aos recursos florestais, que sofreram intensa exploração, devido sobretudo à política de incentivos fiscais fomentada pelo Estado, que subsidiou a derrubada e queimada de áreas extensas de florestas ombrófilas, de florestas de transição, campos e savanas etc. para instalação de fazendas de gado.²¹

19 O levantamento foi realizado por equipes multidisciplinares de instituições regionais, nacionais e internacionais (Inpe, Sudam, UFPA, Centre Technique Forestier Tropical da França e outros). Foi organizado em sete seções: Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação, Cartografia, Uso Potencial da Terra e Publicações.

20 Destaca-se, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incra) criado pelo decreto n. 1110, de 9 de julho de 1970, responsável pelo assentamento de colonos às margens das estradas recém-abertas para promover a “integração” da Amazônia.

21 A política de incentivos fiscais aplicados à região amazônica foi regulamentada pela lei n. 5174, de 27 de outubro de 1966. De acordo com o Artigo 7º, todas as pessoas jurídicas registradas no país poderiam deduzir no imposto de renda e seus adicionais “até 50% do valor do imposto devido para inversão em projetos agrícolas, pecuários, industriais, de agricultura e de serviços básicos que a Sudam declare, para os fins expressos neste artigo, de interesse para o desenvolvimento da Amazônia” (Brasil, 1966).

Convém salientar, contudo, que entre as competências do Departamento de Recursos Naturais, chefiado por Clara Pandolfo, constava o “apoio à execução da política florestal nacional, segundo a legislação vigente, com vistas à proteção e reprodução dos recursos florestais regionais” (Sudam, 1968). Vigorava na época o Código Florestal criado pela lei n. 4.771 de 15 de setembro de 1965, que estabelecia um percentual mínimo de 80% de reserva em propriedades rurais situadas em área de floresta localizada na Amazônia Legal (Brasil, 1965).

A análise da produção bibliográfica de Clara, bem como de seus discursos, proferidos em diversas instâncias da esfera pública, por prerrogativa da função, inclusive no contexto do conselho deliberativo da Sudam, evidencia posições dissonantes em relação às diretrizes da própria instituição. Em uma publicação de sua autoria, intitulada “Análise conjuntural do problema florestal da Amazônia brasileira” (Pandolfo, 1977c, p. 3), na qual sistematizou estudos técnicos, resultado de “minucioso levantamento sobre as atividades florestais da região”, Clara destacou que a maior parte das indústrias madeireiras regionais não cumpria o dispositivo do artigo 20 do Código Florestal vigente que determinava a reposição da matéria prima extraída. Concluía, assim, que “os projetos de reflorestamento existiam apenas simbolicamente no papel, mas não chegavam – com raras exceções – à fase prática da execução”.²²

Pesquisa realizada pela Sudam entre janeiro e setembro de 1975, com o objetivo de averiguar o cumprimento da exigência legal de reflorestamento por parte das empresas financiadas pelo órgão; foram inspecionados 24 empreendimentos em uma área global programada para reflorestamento de 12.620,5 hectares, com o plantio de 28.094.280 mudas, detectando-se que a atividade alcançou apenas 2.372,5 hectares, com 5.097.503 mudas efetivamente cultivadas. Assim, em termos percentuais, foi executado apenas 18% do reflorestamento previsto (Pandolfo, 1977).

Batista (2021) demonstrou a relação entre os incentivos fiscais, a apropriação e titulação de terras e o desflorestamento na Amazônia. Embora a legislação indicasse outras atividades econômicas como passíveis de serem subsidiadas pelos incentivos fiscais, a maioria dos pleiteantes aos incentivos optou por projetos de fazendas de gado.²³ A opção pela aplicação dos recursos em projetos pecuários resultou, a princípio, da grande disponibilidade de terras em áreas de domínio não florestal e florestal a baixo custo, cuja derrubada e venda de madeiras de valor comercial cobria, com excedentes, as despesas com a implantação do projeto (Pandolfo, 1994). Este fator se explica pela própria legislação de terras do Brasil vigente na época. As pastagens contavam como uma “benfeitoria” para justificar a concessão de títulos definitivos de terras.

Na publicação supracitada, Pandolfo (1977, p. 3) enfatizava a necessidade de se “obter uma mudança completa dos princípios de política florestal até aqui vigentes no país, com as atividades voltadas exclusivamente para a agricultura e a pecuária”. Clara salientava que considerar a exploração florestal como mera atividade residual, de caráter transitório, destinada apenas “a ocupar e limpar o terreno para outros usos do solo” era um indiscutível fator de extinção das florestas. Defendeu, então, a necessidade de se considerar o “imenso significado econômico” da floresta amazônica, mas simultaneamente alertar para “o significado ecológico da necessidade

22 De acordo com Batista (2016), o descumprimento da reposição florestal foi objeto de discussão na Comissão da Amazônia no Congresso Nacional. Por ocasião da conferência proferida por Clara Pandolfo naquele órgão, em 6 de maio de 1975, o deputado paraense Jáder Barbalho indagou onde se encontravam os projetos de reflorestamento. De acordo com o parlamentar, ao percorrer a região das ilhas, concentradora de grande parte da indústria madeireira do Pará, não encontrara quaisquer registros deles (Câmara dos Deputados, 1975).

23 Atividades como a produção agrícola, pesqueira e industrial, além de serviços como energia e turismo, eram consideradas de interesse ao desenvolvimento da Amazônia.

de manutenção da cobertura florestal da 'Hileia', a fim de evitar agressões drásticas ao meio ambiente, de consequências imprevisíveis, se continuar prevalecendo o critério atual de 'malbarato' dos recursos da floresta" (Pandolfo, 1977, p. 4).

Como lembra Batista (2016) não se pode desconsiderar que a maioria dos investidores que vieram para a Amazônia optou pela aplicação dos recursos dos incentivos fiscais em projetos pecuários, atraídos pela farta disponibilidade de terras a baixo custo. A forte tendência desses projetos para localização em áreas de domínio florestal levou a Sudam, por meio de seu Conselho Deliberativo, através da resolução n. 2525 de 23 de abril de 1976, a proibir a implantação de pecuária em áreas de floresta nos projetos beneficiados com incentivos fiscais. Esta medida, contudo, foi descumprida pelo próprio órgão, ao aprovar numerosos projetos pecuários que implicaram no desmatamento de extensões florestais ainda maiores que as praticadas anteriormente, conforme apontado pela própria Clara no livro *Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*, publicado em 1994 (Pandolfo, 1994).

A grande extensão da região e a extrema dispersão das atividades madeireiras, de um lado, e a inadequada estrutura dos órgãos governamentais competentes, de outro, eram apontados nas esferas institucionais como fatores que tornavam inexequível o acompanhamento e a fiscalização da execução desses projetos.

Com base na premissa de que a exploração da floresta amazônica era operada de forma irracional e ineficiente, ao mesmo tempo em que a demanda de madeiras latifoliadas tropicais pelo mercado mundial crescia em ritmo acelerado, a gestão de Clara no DRN já havia proposto uma reformulação da política madeireira para a Amazônia, no início da década de 1970. Os pressupostos de tal iniciativa fundamentaram-se na proposição de uma política florestal regionalizada, por meio da criação de "florestas de rendimento", definidas como áreas destinadas exclusivamente à "exploração madeireira autossustentada" (Pandolfo, 1977, p. 15).

As recomendações foram sistematizadas em uma publicação intitulada "Estudos básicos para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento dos recursos florestais e de uso racional das terras na Amazônia", lançada em 1973. Em 1974 ela foi reeditada com o objetivo de subsidiar o II Plano Nacional de Desenvolvimento em relação à exploração florestal na região (Pandolfo, 1977). Na apresentação da publicação original Clara enfatizava que

[...] a figura nova da FLORESTA REGIONAL DE RENDIMENTO não exclui as figuras constantes do Código Florestal – Parques Nacionais, Florestas Nacionais, Reservas Biológicas e Reservas Indígenas – que visam à preservação de ambientes ecológicos e à defesa da fauna e da flora. Há que conciliar as atividades ligadas ao uso da terra, na Amazônia, com medidas conservacionistas que assegurem a renovação contínua dos recursos florestais, impedindo a dilapidação de tão importante patrimônio (Pandolfo, 1974).

A proposta de florestas de rendimento implicava na concessão de áreas de propriedade estatal para exploração por empresas madeireiras, que não teriam a propriedade nem do solo nem da vegetação, destinando-se exclusivamente à exploração florestal e obedecendo a planos pré-estabelecidos de corte e reposição. Para Clara, a medida permitiria disciplinar o uso da terra e orientar a implantação de diversas atividades de acordo com as peculiaridades ambientais do meio. Nessas áreas se pretendia instalar um sistema de produção integrado, compatibilizando as atividades de extração com práticas silviculturais visando à regeneração

das espécies extraídas, de modo a assegurar a perenidade dos recursos pela reposição contínua dos estoques de espécies nativas. Esperava-se, assim, corrigir o modelo de exploração em vigor, disperso por toda a região, o que inviabilizava o controle da produção e a fiscalização das atividades (Pandolfo, 1977).²⁴

De acordo com a diretora do DRN, para se alcançar os desígnios fundamentais da proposta, o governo deveria assumir o comando do processo exploração florestal na Amazônia, “superpondo aos interesses lucrativos dos empresários, os superiores interesses de desenvolvimento socioeconômico do país” (Pandolfo, 1977, p. 22). Tal iniciativa, que pode ser considerada bastante audaciosa, considerando a conjuntura histórica na qual foi proposta, não encontrou apoio nas esferas governamentais que poderiam viabilizá-la. Em publicação de 1994, Clara lamentou que a proposta por ela apresentada não tenha sido implementada “por falta de decisão política e empenho governamental” (Pandolfo, 1994, p. 165). Por certo, a criação de florestas de rendimento, nos moldes preconizados pela gestão do DRN, contrariava diversos interesses políticos e empresariais, para os quais os recursos florestais amazônicos constituíam apenas possibilidades de se auferir ganhos imediatos.

A considerar o adágio popular segundo o qual “o tempo é o senhor da razão”, a pertinência das ideias de Clara em relação à exploração florestal na Amazônia – ignoradas em um contexto político ditatorial e fomentador de um modelo de desenvolvimento insustentável social e ambientalmente – ironicamente, foi reconhecida *a posteriori*. Ao instituir a gestão de florestas públicas para produção sustentável, a lei n. 11284, de 2 de março de 2006 (Brasil, 2006), promulgada pelo então presidente Luiz Inácio Lula de Silva, incorporava um dos ideais mais caros à antiga diretora do DRN: o manejo sustentável dos produtos e serviços da floresta. Apresentada como inovadora, a iniciativa era similar à preconizada por Clara, no início dos anos 1970.

A primazia da iniciativa de Clara foi registrada, entre outros estudiosos da Amazônia, por José Marcelino Monteiro da Costa, um dos fundadores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea) da UFPA, referência em pesquisas sobre o desenvolvimento regional. Em coletânea publicada em 1992, no contexto das discussões em torno da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, aquele pesquisador apresentou Clara como a “mentora intelectual, na década de 70, da primeira proposta operacional de exploração disciplinada da floresta, de molde a conduzi-la tecnicamente e em harmonia com o meio ambiente” (Costa, 1992, p. 5).

A passagem de Clara pelo órgão responsável pelo desenvolvimento regional foi marcada, pois, por debates e embates em torno das questões envolvendo a Amazônia brasileira. O jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto, que por obra do ofício com ela construiu uma estreita relação profissional, relata um episódio ocorrido no início dos anos 1980. Na ocasião, o então superintendente da Sudam, Elias Sefer, tentou aprovar três projetos agropecuários no Acre, sob o argumento de que o estado ainda não fora “beneficiado” pelos incentivos fiscais. Como as fazendas seriam instaladas em áreas de floresta densa, contrariando resolução normativa

24 As dificuldades de fiscalização das atividades florestais naquele contexto foram verificadas *in loco* pelo geógrafo Orlando Valverde (1980, p. 26). Segundo ele, no estado do Amazonas, por exemplo, havia apenas 12 guardas para “vigiar 156,4 milhões de hectares de matas”. E mais: “No Acre, 15 guardas tomam conta de 15 milhões de hectares de floresta (um para cada milhão de hectares!). [...] No Território de Rondônia não há nenhum guarda florestal; a fiscalização das derrubadas está a cargo da Polícia Federal, que nada entende do assunto.”

instituída pelo próprio órgão, Clara posicionou-se firmemente contra a iniciativa (Pinto, 2009).²⁵ Tal posicionamento foi mantido, inclusive depois que o gestor, desconsiderando o parecer do DRN, encaminhou os projetos “por um atalho para a reunião do Conselho Deliberativo” da instituição (Pinto, 2009, s.p.).

Como diretora do DRN, em inúmeras ocasiões Clara representou a Sudam, e por extensão, a Amazônia, em eventos científicos, políticos e administrativos, de âmbito local, regional, nacional e internacional. Em 1979, por exemplo, foi convidada pelo Centro de Estudos Brasileiros, vinculado à School of Advanced International Studies, da Universidade americana John Hopkins, a proferir conferência sobre a questão florestal na Amazônia, com ênfase na política florestal por ela apresentada ao governo brasileiro (Pandolfo, 2011). Integrou, ainda, diversas comissões e grupos de trabalho governamentais. A Figura 3 retrata Clara a ministrar aula magna sobre a Amazônia em evento científico, ocorrido em abril de 1971, em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná.



Figura 3: Clara Pandolfo proferindo aula magna sobre a Amazônia em Curitiba, Paraná, em 1971 (Fonte: Arquivo da família).

Rompendo fronteiras: produção e atuação de Clara Pandolfo além da Sudam

Não obstante a sólida educação científica obtida na antiga Escola de Química, ela procurou diversificar sua formação, qualificando-se também no campo da gestão pública. Com o intuito de aprimorar sua gestão à frente do DRN, participou de cursos de qualificação ministrados por instituições como a Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EAP-FGV), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) (Pandolfo, 2011).

25 O fato foi denunciado por Lúcio Flávio Pinto (2009) nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Liberal*, tendo alcançado, segundo o jornalista, grande repercussão.

Clara também se preocupou sobremaneira com a formação de recursos humanos aptos a atuar em consonância com as especificidades da Amazônia. Sob sua gestão, diversos convênios foram realizados entre a Sudam e instituições nacionais de referência na formação de engenheiros florestais com vistas a formar profissionais desta especialidade, tão necessários em uma região detentora da maior floresta tropical do planeta. Também em sua gestão a Sudam sediou eventos em perspectiva internacional como o Simpósio Brasil-Finlândia sobre desenvolvimento florestal na Amazônia brasileira, realizado entre 18 e 24 de maio de 1975 em Belém do Pará.

O caráter polissêmico das relações entre Clara e a Sudam pode ser ilustrado pela análise da publicação “Considerações sobre a questão ecológica da Amazônia brasileira”, resultante de uma palestra proferida por Clara em reunião interna da instituição em 25 de janeiro de 1990 e editada pela Sudam em fevereiro daquele mesmo ano. Na apresentação da obra, o superintendente Roberto Pinheiro Klein destacou o orgulho da instituição por ter entre seus quadros “uma mulher com o conhecimento, a lucidez, a coragem para expor suas ideias e o amor às questões da Amazônia” (Pandolfo, 1990, p. 22). Salientou, ainda, que o trabalho, cuja abordagem contemplava as formações florestais, o papel econômico e ecológico das florestas, manejo florestal, desmatamentos e queimadas, construção de hidrelétricas, garimpagem etc., era de Clara, mas que espelhava e traduzia o pensamento da Sudam e além.

Nessa publicação, Clara criticava o que considerou informações deturpadas relacionadas à questão ecológica da Amazônia brasileira, motivadas, segundo ela, pelo desconhecimento acerca das especificidades da região, especialmente em relação a suas características fisiográficas. Citava como uma das principais causas do desmatamento o dispositivo legal do Estatuto da Terra, o qual regia a ocupação rural no país, que fazia incidir sobre o valor da terra nua, isto é, a terra que ainda conservava sua cobertura vegetal, uma tributação progressivamente crescente, configurando, assim, um estímulo ao desmatamento na medida em que a derrubada da cobertura vegetal habilitava o adquirente de imóvel rural à redução do Imposto Territorial Rural.

Para Clara, incentivar a remoção da cobertura vegetal, baixando os impostos por considerar a eliminação da floresta uma benfeitoria, era um procedimento lesivo à Amazônia, já que tais áreas, embora aparentemente improdutivas e demograficamente desocupadas, eram “depositárias de um mundo vegetal de elevado significado econômico [...] além de garantirem a estabilidade ecológica do meio” (Pandolfo, 1990). Seu posicionamento a esse respeito foi expresso nos seguintes termos:

É preciso dar à cobertura florestal nativa o devido valor, definindo a árvore em pé como um bem econômico, sendo por isso urgente a necessidade de revogação desse dispositivo visando a conter o processo de eliminação sumária da floresta primitiva que ele desencadeia (Pandolfo, 1990, p. 20).

Clara também apontou como fator de estímulo ao desmatamento os projetos oficiais de colonização agrícola, que promoveriam o assentamento de pequenos agricultores nos solos pobres e ácidos da terra firme amazônica, que em pouco tempo estariam exauridos. E, como terceiro fator indutor de desmatamento, ela destacou a pecuária extensiva em áreas de domínio florestal, sob o subsídio de incentivos fiscais. Diante do *staff* da Sudam, Clara não titubeou em salientar que embora desde 1976 estivesse em vigência a resolução do Condel, vedando a concessão de incentivos a projetos pecuários localizados em áreas de floresta, nem sempre essa determinação teria sido cumprida pelo próprio conselho deliberativo da instituição. Uma das

recomendações feitas por Clara para mudar esse quadro era o redirecionamento das pastagens para as áreas de campos naturais e de cerrados que, na Amazônia Legal, representariam mais de 100 milhões de hectares (Pandolfo, 1990). Nas palavras de Clara:

A experiência já demonstrou sobejamente que os solos florestados, quando usados para a formação de pastagens, na Amazônia, sofrem um declínio rápido de sua capacidade de suporte, após a eliminação da capa florestal, degradando-se aceleradamente. Assim, não se justifica que se continue sacrificando a floresta quando existem áreas ecologicamente mais aptas que são opções válidas para o desenvolvimento dessas atividades (Pandolfo, 1990, p. 22).

A isenção do Imposto Territorial Rural às áreas de propriedade particular, que ainda conservassem sua cobertura florestal, a desaceleração dos projetos oficiais de colonização agrícola “nos solos pobres da terra firme amazônica”, o desenvolvimento de tecnologia para a recuperação de pastos degradados visando ao aumento de sua produtividade; e a implementação de colonização dirigida nas várzeas, com ênfase na produção de alimentos constituíram as demais recomendações feitas por Clara para conter o desmatamento na Amazônia. Aliás, sobre esse último item, baseada em estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) segundo a qual 7,92 % dos solos da Amazônia Legal constituíam-se de várzeas, Clara lamentava que tais áreas embora experimentassem “um processo natural de adubação, enriquecendo-se, durante as cheias periódicas anuais, com os sedimentos carregados pelas águas”, permanecessem praticamente ociosas “esperando por uma programação adequada para se afirmarem como expressivos polos agrícolas” (Pandolfo, 1990).²⁶

Em suas considerações finais, destacou que a estrutura agrária prevalecente na Amazônia era inadequada por não levar em conta a realidade ecológica regional, advertindo que

As medidas de simples preservação visando à intocabilidade dos recursos resultarão inócuas se não conseguirmos demonstrar que o homem pode viver da floresta, usufruindo dos seus recursos sem destruí-los e estabelecendo com ela um *modus vivendi* que lhe propiciará melhores condições de vida. Somente tornando a floresta útil ao homem é que conseguiremos assegurar a sua sobrevivência (Pandolfo, 1990, p. 60).

Ao defender esses posicionamentos, Clara anunciava a seus pares a ineficácia das políticas governamentais envolvendo a exploração dos recursos naturais na Amazônia, em especial os florestais. O aval público do então superintendente da Sudam às suas reflexões, questionamentos e recomendações expressos por ocasião daquela reunião, que originou a publicação sucintamente discutida acima, é revelador da complexidade e das contradições que marcaram a trajetória de Clara naquela instituição.

A produção textual científica de Clara Martins Pandolfo abrange uma temporalidade significativa, iniciada nos anos de 1950 e “interrompida” em finais dos anos 1990. Além da obra vencedora do concurso Paulo Maranhão, já mencionada, destaca-se, entre suas diversas publicações: *Recursos minerais da região amazônica* (1955); *A atuação da Sudam na preservação do patrimônio florestal da Amazônia* (1972a); *A Amazônia e seus problemas* (1972b); *Bauxita*,

26 Sobre as várzeas amazônicas, suas dinâmicas socioambientais e seus “atores e autores” consultar: Guzmán (2022).

caulim e argilas na Amazônia (1975); *A floresta amazônica: enfoque ecológico-econômico* (1977b); *A Amazônia brasileira e suas potencialidades* (1979); *Proposta de política de ocupação da Amazônia brasileira com base nos fatores ambientais* (1987); *Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras* (1994).²⁷

Seu olhar, seus estudos e sua reflexão sobre a Amazônia, ainda que sob a égide do regime civil-militar, impondo uma política econômica voltada para a exploração da potencialidade de seus recursos naturais (florestas, solos e subsolos, clima, águas e trabalho) constam de seus textos, artigos, comunicações, palestras e livros.

Uma breve análise de sua obra indica sua dedicação e seu crescente domínio técnico-científico sobre os temas por ela abordados e analisados, assim como seu posicionamento como cientista e cidadã. Seus trabalhos iniciais, ainda na segunda metade dos anos 1950, apresentam uma síntese das informações existentes sobre os chamados recursos naturais identificados e localizados, assim como as possibilidades de sua exploração. E desenvolveu estudos investigativos sobre depósitos de minerais específicos, já anunciados como existentes.

Na década de 1960 sistematizou, corrigindo, as informações e dados sobre a potencialidade florestal de alguns produtos já conhecidos, a serem explorados racionalmente: borracha, castanha, madeiras, pau-rosa, oleaginosas: babaçu, buriti, bacaba, piquiá, ucuuba, tucumã, umari, murumuru, andiroba, o açaí e as espécies produtoras de essências diversas.²⁸ Abordou de forma complementar as condições de infraestrutura existentes e as limitações da mão de obra regional existente, para a dinamização desses setores, em especial quando se pensa em industrialização na e da região.

Nos anos 1970, sob a instrução preconizada no primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia, Clara apresenta, de modo geral, informações sistematizadas sobre o potencial mineral pesquisado. Mas o foco de seus estudos se configura em torno das condições limites do meio físico amazônico e de sua população em perspectiva de torná-la mão de obra, como também a dinâmica da economia regional, apontando possíveis alternativas e caminhos para a integração da potencialidade regional ao processo desenvolvimentista que se instalava no país.

Naquele contexto, já indicava as principais possibilidades florestais, minerais e os cuidados necessários a serem observados pela produção agrícola e agropecuária, alertando e propondo medidas legais e ações contra o que denominava "práticas desastrosas" aos usos das florestas, explicitando com precisão sua preocupação ecológica, por considerá-la "patrimônio valioso", cuja preservação beneficiaria a região, o país e a América. Propôs ações e procedimentos fiscalizatórios e punitivos aos projetos agropecuários e de reflorestamento em execução e apresentou estudos sobre a criação de reservas florestais e de planos de colonização florestal para a região. Se posicionou por privilegiar a exploração madeireira em face a construção de novos eixos rodoviários e as terras em seu entorno para colonização. Em relação à exploração do subsolo, analisou e apontou as possibilidades da exploração da bauxita, caulim e da argila. Também indicou as possibilidades da exploração da pesca marítima e fluvial, prioritariamente de cunho industrial.

27 A maioria destas publicações encontra-se disponível em formato digital na Plataforma BibLivre da Biblioteca da Sudam por meio do link <http://biblioteca.sudam.gov.br/Biblivre4/>.

28 Entre as publicações da década de 1960 destaca-se *A Amazônia e sua excepcional vocação oleífera* editada pela SPVEA em 1964.

Na década de 1990 Clara dedicou-se a estudar os processos e as espécies introduzidas na região, como a cultura do dendê, as destinadas aos reflorestamentos, alertando sobre os impactos ambientais e socioeconômicos que elas provocavam.²⁹ Ressalta-se que neste período a autora já havia incorporado em suas reflexões, pesquisas e relatórios a preocupação ecológica e de preservação do meio ambiente da e na região amazônica com a qual concordava e defendia, em face a divulgação de notícias internacionais sobre a intensificação da ocupação e do desmatamento da floresta, em especial nas áreas dos projetos aprovados pela Sudam.

Nos anos de 1990 ela dedicou particularmente sua investigação e reflexão à temática meio ambiente e desenvolvimento, recursos naturais e meio ambiente, com especial atenção às queimadas, aos desmatamentos, à degradação de solos e águas principalmente realizada pelo garimpo, pela produção de carvão vegetal para as siderúrgicas e pela quase ausência de manejo florestal. Em sua produção científica, nesse período ampliou sua reflexão incluindo e relacionando desenvolvimento econômico, conjuntura econômica e política ambiental, como critério na análise dos projetos apresentados à Sudam, para pleitear financiamento. Abordou os grandes projetos minerais em curso, o comércio exterior e as relações internacionais, em especial atenção ao que se convencionou na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou ECO-92, na qual esteve presente e onde respondeu, com conhecimento de causa, a muitas das críticas ao uso da floresta amazônica brasileira.

Clara atuou na SPVEA/Sudam por 36 anos. Foi pesquisadora e diretora em uma instituição criada para promover o desenvolvimento econômico planejado da região amazônica. Fundamentou sua atuação segundo o conhecimento orientado pelos paradigmas científicos vigentes que, até os anos de 1970, era protagonizado por uma ideia de Amazônia como uma imensa floresta, ainda pensada como a Hileia humboltiana do século XIX. Foi, principalmente, sob sua direção, no Departamento de Recursos Naturais da Sudam, com a pesquisa científica possível, que a Amazônia brasileira se tornou conhecida em sua diversidade, revelando de modo empírico e caracterizando sua composição fisiográfica diversa: floresta, floresta de transição, savana, campos e várzeas.

Cabe ressaltar que ao longo de sua gestão Clara se articulou com diversas instituições nacionais e internacionais de pesquisa sobre a Amazônia, incorporando os resultados em suas análises e proposições à Sudam. Identificou questões de ordem legal, administrativa, econômicas e políticas intervenientes na atuação da Sudam, no que se refere à Amazônia brasileira. A sua qualificação científica possibilitou contrapor-se ao que considerava inadequado ou errado no planejamento do desenvolvimento econômico da Amazônia. Foi uma mulher cientista de seu tempo. Há que reconhecer que ela viveu e atuou sob a égide da conservadora sociedade brasileira, que impunha e impõe suas premissas paradigmáticas políticas e científicas sobre os pesquisadores, sejam eles homens ou mulheres.

Lúcio Flávio Pinto (2009, s.p.) sintetizou a trajetória de Clara nos órgãos de planejamento do desenvolvimento regional, primeiro a SPVEA, depois a Sudam, nos seguintes termos: "Ao longo de 40 anos a voz da doutora Clara se manteve firme, respeitada e temida. Ela não devia sua posição a nenhum 'pistolão'. Podia exigir que a convencessem através de argumentos. Se

29 Registra-se que os impactos ambientais e socioeconômicos não foram considerados impeditivos na liberação e execução dos projetos instalados. Somente a partir dos anos de 1990 e depois da ECO-92, é que os impactos, principalmente relacionados às culturas do dendê, eucalipto e outras espécies, ou da mineração da Vale têm sido pesquisados, ressoando principalmente no século XXI.

não, defenderia sua própria posição”. Durante esse período, pelo cargo de superintendente da Sudam, de livre nomeação do presidente da República, passaram vários gestores, todos do gênero masculino, alguns dos quais protagonizaram episódios desabonadores envolvendo desvios de recursos públicos e descumprimento de legislações.³⁰ O modo como encerrou a carreira, por meio da aposentadoria compulsória, demonstra que Clara Pandolfo “sobreviveu” a todos eles, com a reputação ilibada.

Considerações finais

Em que pese todas as atribuições exercidas em uma vida profissional extremamente produtiva, segundo seu filho Sérgio, “afora as atividades laborais e funcionais, Clara era da casa e da família” (Pandolfo, 2011, s.p.). Assim como as intelectuais do século XXI, que se desdobram entre a maternidade, os relacionamentos afetivos e o trabalho, ela também desempenhava duplas e/ou triplas jornadas. A despeito dos muitos óbices que certamente enfrentou na construção de uma carreira profissional num campo predominantemente masculino, o reconhecimento profissional de seus pares, os depoimentos de seus familiares e amigos e sua produção científica são reveladores da excelência de Clara nas mais diversas facetas de sua atuação. De fato, os testemunhos de pessoas que a conheceram denotam o entusiasmo com que conduzia a vida, cultivando além da ciência, o gosto pela literatura, especialmente a poesia.

Sua longa permanência no DRN/Sudam, pelo que se constata, deveu-se à sua qualificação e conhecimento em bases científicas sobre a Amazônia brasileira, iniciados em seus estudos na Escola de Química na década de 1920, e por isto era reconhecida por seus pares na região, em nível nacional e internacional. O acervo textual, de imagens, reflexões e proposições produzidos e arquivados nos diversos setores da Sudam, revelam os esforços e os resultados de anos de trabalhos para o conhecimento e reconhecimento polissêmico da Amazônia brasileira. Este acervo, ainda que precise de atualizações, se constitui no ponto de partida para se pensar políticas e projetos para a região. Sua atualidade se configura nos registros de problemas apontados, os quais enfrenta o atual governo brasileiro: desmatamento, contaminação pelo garimpo, exclusão da população de menor renda, além das duvidosas concessões existentes de extensas áreas, entre outros.

Como mulher, Clara Pandolfo realizou uma vida produtiva intelectual e cidadã, ultrapassando os limites sociais historicamente impostos às mulheres na sociedade brasileira e nas instituições de produção científica. E recuperar, ainda que parcialmente, sua história de vida e de profissão, contribui para esclarecer e superar o espectro ainda prevalecente sobre a condição feminina, por um lado, e por outro, destacar as possibilidades e a importância da produção intelectual das mulheres.

A recuperação de sua atuação como mulher e profissional funciona, de certo modo, como antídoto ao esquecimento, tão necessário em tempos de apagamento de memórias, sentimentos e histórias. Memória, sentimentos, esquecimento são características humanas orientadores das percepções, do reconhecimento e da comunicação humana sobre a realidade. Ativar a memória como exercício dialético entre a lembrança e esquecimento, configura a possibilidade

30 Uma análise acerca da atuação da Sudam no planejamento do desenvolvimento regional, abrangendo as denúncias de corrupção envolvendo o órgão, encontra-se em: Lira (2007).

e inspira a construção de sentidos e histórias de experiências vividas nas instâncias articuladas nas temporalidades do passado, presente e do “futuro” (devir).

Clara faleceu em Belém do Pará no dia 31 de julho de 2009, aos 97 anos. Mas sua obra, representativa de contextos históricos que permearam praticamente todo o século XX, permanece como fonte de reflexão e análise. Ao justificar a política de exploração florestal através de florestas de rendimento Clara ponderava que:

O mal da Amazônia tem sido o das grandes generalizações, o da centralização de seus problemas em grandes órgãos de âmbito nacional, diluindo e desfigurando esses problemas no tratamento em massa das questões gerais, ao invés de se lhes dar o tratamento específico de que carecem (Pandolfo, 1977, p. 18).

No que se refere ao tratamento das questões amazônicas, especialmente na conjuntura política dos últimos anos, a crítica de Clara, emitida na década de 1970, revela-se deveras atual.

Agradecimentos:

As autoras agradecem ao bolsista de iniciação científica Eduardo Araújo Soares pelo auxílio na compilação das publicações de Clara Pandolfo. Os agradecimentos são extensivos às servidoras da Biblioteca da Sudam e aos servidores do Arquivo Central da UFPA pelo apoio prestado na consulta às fontes.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, R. P. Contribuições para um debate: a antropologia do desenvolvimento e a valorização econômica da Amazônia (1951-1955). *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 16, p. 53-75, 2015.
- BATISTA, I. M. S. *A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)*. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- BATISTA, I. M. S. O 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Sudam (1967-1971) e o desflorestamento na Amazônia. *Revista Jamaxi*, Rio Branco, v. 4, n. 2, p. 69-87, 2021.
- BRASIL. Lei n. 3991, de 5 de janeiro de 1920. Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1920. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-3991-5-janeiro-1920-570293-publicacaooriginal-93407-pl.html>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1946). Presidência da República: Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 13 fev. 2023.
- BRASIL. *Decreto n. 35.133, de 1 de março de 1954*. Aprova o Regimento do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/99142-aprova-o-regimento-do-instituto-nacional-de-pesquisa-da-amazonia.html>. Acesso em: 13 fev. 2023.
- BRASIL. *Lei n. 4771, de 15 de setembro de 1965*. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 23 jan. 2023.

- BRASIL. *Lei n. 5173, de 27 de outubro de 1966*. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5173.htm. Acesso em: 3 dez. 2021.
- BRASIL. *Lei n. 5174, de 27 de outubro de 1966*. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5174.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.
- BRASIL. *Decreto lei n. 1106, de 16 de junho de 1970*. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm. Acesso em: 14 fev. 2023.
- BRASIL. *Lei n. 11.284, de 2 de março de 2006*. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB); cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF); altera as leis 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm. Acesso em: 25 nov. 2021.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Recursos naturais da Amazônia*. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1975.
- COSTA, J. M. M. (coord.). *Amazônia: desenvolvimento ou retrocesso*. Belém: Cejup, 1992.
- DINIZ, A. *Clara, a paraense*. 4 set. 2009. Disponível em: <http://amdiniz.blogspot.com.br/2009/09/clara-paraense.html>. Acesso em: 28 nov. 2021.
- DOSSE, F. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FREIRE, R. Clara Pandolfo é homenageada. *Beira do Rio*, ano XXVI, n. 98, out. 2011. Disponível em: <http://www.jornal-beiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2011/130-edicao-98--outubro/1257-clara-pandolfo-e-homenageada->. Acesso em: 18 nov. 2021.
- GONÇALVES, R. C.; SILVEIRA, F. J. N. Biografias e autobiografias como fontes de informação e memória. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 82-103, 2021.
- GUZMÁN, D. A. *O Projeto Várzea: uma história relacional da ciência na Amazônia brasileira (1945-2019)*. Belém: Paka-Tatu, 2022.
- HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LIMA, W. N.; ALENCAR, P. T. S.; BARBOSA, R. S. Uma tentativa para consolidar as atividades básicas de ensino e pesquisa em física, informática, química e matemática: a implantação do Centro de Ciências Exatas e Naturais da UFPA. In: Anais do Simpósio sobre História da Ciência e da Tecnologia no Pará, 1985, Belém. *Anais...* Belém: UFPA, 1985. Tomo I.
- LIRA, S. R. B. *Morte e ressurreição da Sudam: uma análise da decadência do padrão de planejamento regional na Amazônia*. Belém: Naea/UFPA, 2007.
- MACHADO, J. R. C. Natureza e cultura entrelaçadas: o Boletim Científico da Escola de Química Industrial do Pará. *Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemática*, v. 11, n. 22, p. 61-78, 2015.
- MACHADO, J. R. C. Clara Pandolfo, ciência e Amazônia: tessituras sociotécnicas. In: SILVA, M. D. B.; REIS, A. S. (orgs.). *História da ciência no Pará: tópicos, propostas e perspectivas*. Belém: Eduepa, 2020. p. 30-47.
- MARTINS, C. Contribuição ao estudo químico das plantas amazônicas. *Boletim da Escola de Química Industrial*. Belém: Livraria Clássica, 1930. p. 33-39.
- MELO, M. F. Informação verbal concedida a Iane Maria da Silva Batista, 2015.

- MOURÃO, L.; MACHADO, I. *Neuton Miranda Sobrinho: memórias de resistências e luta por liberdade, democracia e justiça*. Belém: IOE-PA; Editora Dalcídio Jurandir, 2022.
- PANDOLFO, C. *Recursos minerais da região amazônica*. Belém: SPVEA, 1955.
- PANDOLFO, C. *A Amazônia: seu grande potencial de recursos naturais e oportunidades de industrialização*. Belém: Sudam, 1969.
- PANDOLFO, C. *A atuação da Sudam na preservação do patrimônio florestal da Amazônia*. Belém: Sudam/Departamento de Recursos Naturais, 1972a.
- PANDOLFO, C. *A Amazônia e seus problemas*. Belém: Sudam/Divisão de Documentação, 1972b.
- PANDOLFO, C. *Estudos básicos para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento dos recursos florestais e de uso racional das terras da Amazônia*. Belém: Sudam, 1974.
- PANDOLFO, C. *Bauxita, caulim e argilas na Amazônia*. Belém: Sudam/Departamento de Recursos Naturais, 1975.
- PANDOLFO, C. *Análise conjuntural do problema florestal na Amazônia Brasileira*. Belém: Sudam, 1977.
- PANDOLFO, C. *A floresta amazônica: enfoque ecológico-econômico*. Belém: Sudam, 1978.
- PANDOLFO, C. *A Amazônia brasileira e suas potencialidades*. Belém: Sudam, 1979.
- PANDOLFO, C. *Proposta de política de ocupação da Amazônia brasileira com base nos fatores ambientais*. Belém: Sudam/Departamento de Recursos Naturais, 1987.
- PANDOLFO, C. *Considerações sobre a questão ecológica da Amazônia brasileira*. Belém: Sudam/Departamento de Recursos Naturais, 1990.
- PANDOLFO, C. *Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*. Belém: Cejup, 1994.
- PANDOLFO, S. M. Clara Martins Pandolfo: vida, obra, legado. *Blog Recanto das Letras*, 29 maio 2011. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/discursos/3001056>. Acesso em: 22 nov. 2015.
- PERROT, M. *As mulheres e os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.
- PINTO, L. F. *Clara Pandolfo: 103 anos*. 15 ago. 2009. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2015/06/13/clara-pandolfo-103-anos/>. Acesso em: 22 nov. 2015.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.
- SEIXAS, N. S. A.; SILVA, C. N.; BRÍGIDA, J. A. S.; NUNES, C. V. *Jornal "Folha do Norte" e suas publicações sobre a Amazônia, o Pará e a cidade de Belém*. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 9., 2013, Ouro Preto. *Anais... Ouro Preto: Ufop*, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/jornal-folha-do-norte-e-suas-publicacoes-sobre-a-amazonia-o-para-e-a-cidade-de-belem>. Acesso em: 8 dez. 2015.
- SOARES, F. M. *O governo Médiici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste): discursos e políticas governamentais (1969-1974)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. *Regimento interno*. Brasília: Ministério do Interior/Sudam, 1968.
- UFPA, Universidade Federal do Pará. *Títulos honoríficos outorgados*. s.d. Disponível em: http://www.ufpa.br/sege/titulos_honorificos.html. Acesso em: 3 dez. 2015.
- VALVERDE, O. O problema florestal da Amazônia brasileira. *A Amazônia Brasileira em Foco*, n. 13, p. 7-55, (1979-1980) 1980.

Recebido em novembro de 2022

Aceito em fevereiro de 2023